

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.021

EDUCAÇÃO E MERCADO: A RACIONALIDADE NEOLIBERAL PARA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Geomar de Nazaré Fogassa¹

RESUMO

A educação, sob a influência da racionalidade neoliberal, tem sido progressivamente orientada por valores de eficiência, produtividade e competitividade, o que favorece sua mercantilização e compromete seu papel social, crítico e emancipatório na formação integral dos sujeitos. Isto posto, o objetivo geral deste trabalho consiste em investigar como a racionalidade neoliberal influencia os processos educacionais, fomentando a mercantilização da educação. A partir desse objetivo amplo, surgem objetivos específicos que orientam a análise, tais como: compreender os fundamentos teóricos da racionalidade neoliberal aplicada à educação; identificar os mecanismos de mercantilização do ensino presentes nas políticas públicas e práticas institucionais; e analisar os impactos dessa lógica mercadológica na qualidade e no sentido social da educação. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com enfoque crítico na análise das transformações contemporâneas na educação sob a perspectiva da racionalidade neoliberal. Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações, relatórios e documentos oficiais que abordam os conceitos de neoliberalismo, mercantilização da educação, políticas públicas

1 Mestrando do Curso em Educação da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, e-mail: geo87.fogassa@gmail.com;

e crise docente. Foram selecionadas referências nacionais e internacionais, destacando-se autores como Azevedo (2019), Balieiro (2022; 2023), Peroni e Lima (2017; 2020), Bourdieu (1998), Dardot e Laval (2016), entre outros, que fundamentam teoricamente a análise sobre os impactos do neoliberalismo na educação. A pesquisa evidenciou que a racionalidade neoliberal influencia fortemente os processos educacionais, promovendo a mercantilização da educação e priorizando eficiência, produtividade e retorno econômico em detrimento da formação integral. Identificaram-se mecanismos como rankings, metas e avaliações padronizadas que reforçam a competitividade e comprometem a dimensão social e emancipatória do ensino, acentuando desigualdades. Conclui-se que é necessário resistir à lógica mercadológica por meio de políticas e práticas que valorizem o caráter público da educação, favorecendo uma formação crítica, inclusiva e cidadã.

Palavras-chave: Educação, Mercantilização, Neoliberalismo, Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre educação e mercado tem ganhado destaque no debate contemporâneo, sobretudo diante do avanço da racionalidade neoliberal, que vem redefinindo o papel das instituições de ensino. Sob essa lógica, valores como eficiência, produtividade e retorno econômico passam a orientar as práticas educacionais, deslocando o foco da formação integral do sujeito para a preparação voltada ao mercado de trabalho. Nesse contexto, a educação deixa de ser entendida como um direito fundamental e passa a ser avaliada principalmente pelo seu potencial de gerar vantagens competitivas para o indivíduo (Carvalho, 2020).

O neoliberalismo, enquanto racionalidade, ultrapassa o campo das políticas econômicas e se manifesta como um processo de subjetivação, atravessando diferentes dimensões da vida social. Na educação, essa lógica molda comportamentos, expectativas e formas de avaliação, incentivando tanto alunos quanto professores a internalizarem critérios de desempenho e competitividade. Assim, a escola e a universidade deixam de ser apenas espaços de conhecimento e reflexão crítica, tornando-se arenas de produção de capital humano voltado à inserção no mercado (Balieiro, 2022).

Essa transformação educacional evidencia a mercantilização do ensino, que consiste na conversão de um direito social em mercadoria. O valor da educação deixa de ser mensurado por sua contribuição à formação cidadã e social, sendo calculado com base em sua capacidade de gerar retorno individual. Essa mudança repercute não apenas nas políticas públicas, mas também nas práticas pedagógicas cotidianas, influenciando currículos, metodologias de ensino e sistemas de avaliação (Matos et al., 2023).

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir criticamente sobre os impactos dessa lógica na formação humana. A ênfase na competitividade e na eficiência pode comprometer a construção de valores sociais e éticos, reduzindo o potencial emancipatório da educação. Ao priorizar resulta-

dos imediatos e tangíveis, o neoliberalismo fragiliza o desenvolvimento de habilidades reflexivas, criativas e colaborativas, que são essenciais para a formação integral do indivíduo (Balieiro; Ferreira; Azevedo, 2023).

Esse cenário suscita reflexões críticas acerca da mercantilização da educação, entendida como a transformação do direito social em mercadoria. Assim, indaga-se: de que modo a racionalidade neoliberal tem promovido a mercantilização da educação e quais são as implicações dessa transformação para a formação humana e social?

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar como a racionalidade neoliberal influencia os processos educacionais, fomentando a mercantilização da educação. A partir desse objetivo amplo, surgem objetivos específicos que orientam a análise, tais como: compreender os fundamentos teóricos da racionalidade neoliberal aplicada à educação; identificar os mecanismos de mercantilização do ensino presentes nas políticas públicas e práticas institucionais; e analisar os impactos dessa lógica mercadológica na qualidade e no sentido social da educação.

A justificativa para este estudo se ancora na necessidade de discutir criticamente a relação entre educação e mercado, uma vez que a expansão da racionalidade neoliberal nos sistemas educacionais tende a enfraquecer o caráter democrático, inclusivo e emancipador do ensino. Ao tratar a educação como produto a ser consumido, reduz-se sua função social e coletiva, priorizando interesses privados em detrimento do direito universal. Essa discussão é relevante para repensar o papel da educação em uma sociedade marcada por desigualdades e pela busca incessante de competitividade.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com enfoque crítico na análise das transformações contemporâneas na educação sob a perspectiva da racionalidade neoliberal. Optou-se por essa abordagem devido à necessidade

de compreender em profundidade os processos sociais, políticos e pedagógicos que contribuem para a mercantilização da educação, considerando aspectos estruturais, institucionais e subjetivos. A pesquisa qualitativa permite captar as relações complexas entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e a experiência de docentes e alunos, favorecendo uma interpretação detalhada e contextualizada dos fenômenos investigados.

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações, relatórios e documentos oficiais que abordam os conceitos de neoliberalismo, mercantilização da educação, políticas públicas e crise docente. Foram selecionadas referências nacionais e internacionais, destacando-se autores como Azevedo (2019), Balieiro (2022; 2023), Peroni e Lima (2017; 2020), Bourdieu (1998), Dardot e Laval (2016), entre outros, que fundamentam teoricamente a análise sobre os impactos do neoliberalismo na educação. Essa etapa permitiu mapear conceitos-chave, identificar mecanismos de mercantilização do ensino e compreender o efeito das políticas educacionais na formação integral do indivíduo.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa adotou um enfoque interpretativo, a partir da análise documental de políticas públicas, planos educacionais e relatórios oficiais, como os relatórios do Banco Mundial, documentos do Ministério da Educação e legislações relacionadas à gestão educacional. A análise documental possibilitou examinar de forma crítica como os princípios neoliberais se traduzem em medidas concretas, influenciando currículos, sistemas de avaliação, financiamento e gestão escolar, bem como os impactos sobre o trabalho docente e a qualidade da educação.

A seleção das fontes considerou critérios de relevância, atualidade e pertinência com os objetivos da pesquisa. O cruzamento das informações teóricas e documentais permitiu construir um panorama crítico da mercantilização da educação, evidenciando tanto os fundamentos teóricos do neoliberalismo quanto suas manifestações práticas nas instituições educacionais. Esse procedimento possibilitou também refletir sobre os

efeitos da lógica de mercado na formação cidadã e social dos estudantes, articulando a análise conceitual com a realidade educacional brasileira.

3 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E GOVERNANÇA DE SUBJETIVIDADES: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

A racionalidade neoliberal é compreendida não apenas como uma doutrina econômica, mas como uma forma de governo capaz de reconfigurar práticas sociais, políticas e culturais. Surgida no contexto das crises do capitalismo do século XX, ela se consolidou com a reestruturação do Estado nos anos 1970 e 1980, especialmente a partir das políticas de ajuste estrutural promovidas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial (1997). Diferentemente do liberalismo clássico, que pregava a mínima intervenção do Estado, o neoliberalismo propõe um papel ativo do governo, limitado à criação das condições necessárias para o funcionamento do mercado, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado.

No Brasil, essa lógica foi incorporada por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995), que introduziu princípios de eficiência, produtividade e descentralização, inspirados na gestão privada. Esses princípios não apenas orientam a formulação de políticas públicas, mas também contribuem para a formação de sujeitos adaptados a uma lógica competitiva. Bourdieu (1998) descreve esse processo como uma “invasão neoliberal”, em que valores de mercado passam a colonizar áreas antes regidas por princípios sociais e democráticos. Assim, observa-se que a racionalidade neoliberal não se limita à economia; ela molda também comportamentos e práticas cotidianas.

David Harvey (2011) complementa essa análise ao afirmar que o neoliberalismo atua simultaneamente como resposta às crises do capitalismo e como estratégia para restaurar o poder das elites econômicas. Essa racionalidade fortalece mecanismos de acumulação e cria formas sutis de controle social, transformando a competitividade em norma para os indivíduos. Nesse sentido, o neoliberalismo deve ser entendido como um

projeto político que reorganiza a sociedade segundo a lógica do mercado, atingindo não apenas as instituições, mas também as subjetividades dos indivíduos.

Dardot e Laval (2016) aprofundam essa perspectiva ao afirmar que o neoliberalismo institui uma “nova razão do mundo”, que regula mercados e, ao mesmo tempo, reorganiza subjetividades. Sob essa lógica, o indivíduo deixa de ser apenas cidadão e passa a ser “empreendedor de si mesmo”, responsável por investir em seu próprio capital humano. Essa transformação molda práticas sociais, pois cada pessoa é chamada a se avaliar continuamente, buscando eficiência e produtividade como critérios centrais de valor social.

A educação surge como um dos campos mais afetados por essa racionalidade. Balieiro, Ferreira e Azevedo (2023) destacam que, em uma cultura cada vez mais plataformizada, a subjetividade da educação é tensionada por exigências de resultados e métricas de desempenho. O processo educativo se transforma em um espaço de investimentos e retornos, esvaziando seu caráter emancipatório e adaptando os sujeitos às demandas do mercado de trabalho. A mercantilização da educação, portanto, não é apenas um efeito econômico, mas um mecanismo de governança das subjetividades.

Barroso (2013) observa que a implementação de novas formas de regulação educacional reforça esse quadro. Medidas de descentralização, apresentadas como democratizantes, frequentemente se traduzem em controle por meio de indicadores e avaliações padronizadas. Como resultado, escolas e professores passam a operar sob lógica competitiva, em detrimento de sua autonomia e da formação cidadã. A educação, dessa forma, torna-se um campo em que se reproduzem relações de poder e se consolidam valores neoliberais.

Essa internalização das exigências externas caracteriza o que se denomina governança de subjetividades. Evangelista (2021) explica como os professores, diante dessas políticas, deixam de ser protagonistas e podem ser percebidos como obstáculos caso não se adaptem às pressões por pro-

atividade e conformidade. A coerção, antes externa, transforma-se em auto-regulação, revelando como o neoliberalismo atua diretamente sobre modos de pensar e agir.

A lógica da responsabilização individual reforça ainda mais essa forma de controle. Mascaro (2013) aponta que, ao atribuir a cada sujeito o êxito ou o fracasso pessoal, o neoliberalismo naturaliza a desigualdade social e obscurece as contradições estruturais do capitalismo. A meritocracia, nesse contexto, se apresenta como uma narrativa que legitima a competição desigual, dando a falsa impressão de que todos partem das mesmas condições.

Mészáros (2005) amplia essa discussão ao afirmar que a educação sob a lógica do capital tende a reproduzir desigualdades. Ao valorizar competências individuais e flexibilidade, a pedagogia neoliberal adapta os indivíduos ao sistema, em vez de prepará-los para questioná-lo ou transformá-lo. Essa perspectiva é reforçada por Peroni, Caetano e Lima (2017), que destacam como reformas educacionais neoliberais corroem princípios democráticos e comprometem a função social da escola.

No plano global, Santos (2017) observa que a globalização intensifica a difusão da racionalidade neoliberal, impondo padrões uniformes e influenciando diferentes contextos nacionais. O Banco Mundial (1997), ao redefinir o papel do Estado, consolida a visão da educação como investimento estratégico, em vez de direito social. Robertson (2012) demonstra como essa abordagem legitima práticas privatizantes, mesmo quando apresentadas sob o discurso de parcerias e modernização.

Carvalho (2016) evidencia que, sob o pretexto da modernização, a privatização se infiltra nas escolas públicas, reforçando o gerencialismo e subordinando políticas educacionais à lógica mercadológica. Essa análise dialoga com Peroni e Lima (2020), que identificam o avanço do conservadorismo e do gerencialismo como pilares da racionalidade neoliberal aplicada à educação, acentuando o impacto sobre professores, estudantes e instituições.

A pedagogia histórico-crítica entende a educação como um instrumento de luta social e emancipação, posicionando-se em contraste com modelos pedagógicos que reproduzem e reforçam a lógica do capital (Fávaro, 2014). Essa perspectiva evidencia que a disputa entre diferentes projetos educativos não é apenas acadêmica ou técnica, mas configura um campo estratégico em que se decide se a educação servirá para conformar os indivíduos às demandas do mercado ou para promover formas de resistência e consciência crítica.

Nesse contexto, a internalização da lógica neoliberal exerce um impacto significativo sobre as relações sociais dentro e fora da escola, enfraquecendo a ação coletiva e fragilizando os movimentos sociais, ao substituir valores de solidariedade e cooperação por uma competição individualista que orienta comportamentos e expectativas desde os processos educativos até a vida cotidiana (Montaño; Duriguetto, 2011).

Harvey (2011) alerta para o perigo da naturalização do neoliberalismo. À medida que essa lógica se difunde como senso comum, ela se torna invisível e difícil de contestar. Subjetividades moldadas pelo mercado incorporam valores de eficiência e competitividade, tornando a resistência ainda mais desafiadora, sobretudo em contextos como o brasileiro, pressionado por reformas estruturais de caráter internacional.

Mesmo diante desse cenário, Bresser-Pereira (1991) destaca que a crise do Consenso de Washington evidencia os limites do neoliberalismo. As políticas adotadas não solucionam as contradições do capitalismo, mas apenas deslocam seus efeitos, gerando instabilidade econômica, social e política. Reconhecer essas limitações abre espaço para questionar o projeto neoliberal e buscar alternativas que reafirmem a educação como direito universal e ferramenta de transformação social.

4 ENTRE A VALORIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE E A EDUCAÇÃO MERCANTILIZADA

A crise docente configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado, resultado de décadas de desvalorização da profissão no contexto educacional brasileiro. Essa crise manifesta-se por meio de salários insuficientes, condições de trabalho precárias e sobrecarga de atividades, que se somam à ausência de reconhecimento social e institucional. Tais fatores contribuem para a desmotivação de muitos profissionais e para o abandono da carreira, criando uma situação em que a importância social da educação entra em tensão direta com a valorização daqueles que a promovem (Evangelista, 2021; Carvalho, 2016). Além disso, essa crise reflete uma histórica negligência estrutural, na qual políticas públicas e estratégias de gestão educacional não conseguiram oferecer condições adequadas para que os professores desenvolvam plenamente seu trabalho, comprometendo tanto a qualidade do ensino quanto a formação integral dos alunos.

A formação docente inicial, frequentemente limitada, não consegue preparar adequadamente os professores para os desafios contemporâneos da sala de aula, que envolvem diversidade de alunos, demandas tecnológicas e necessidade de metodologias inovadoras. A formação continuada, que poderia mitigar essas lacunas, muitas vezes é inacessível ou insuficiente, agravando a dificuldade de adaptação do professor às mudanças educacionais e sociais (Fávaro, 2014). A ausência de perspectivas claras de progressão na carreira e de políticas eficazes de valorização torna a profissão menos atrativa, especialmente para os jovens que poderiam ingressar no magistério. Esse contexto evidencia não apenas uma fragilidade estrutural na formação docente, mas também a incapacidade de manter profissionais motivados e engajados, afetando diretamente a qualidade do ensino e a inovação pedagógica nas escolas (Azevedo, 2019).

A sobrecarga de trabalho impacta de maneira significativa a prática pedagógica, pois professores que acumulam múltiplas funções e turmas possuem menos tempo e energia para planejar aulas, acompanhar individualmente os alunos e desenvolver estratégias pedagógicas criativas e diferenciadas (Balieiro, 2022). Essa situação tende a favorecer métodos de ensino padronizados e mecânicos, que comprometem o potencial de aprendizagem significativa e limitam o desenvolvimento integral dos estudantes (Balieiro, 2022). A dificuldade de conciliar demandas administrativas com o trabalho pedagógico faz com que a docência se reduza a tarefas burocráticas e avaliações superficiais, desconsiderando as necessidades individuais dos alunos e a promoção de competências críticas e reflexivas.

Além disso, a saúde mental dos docentes é profundamente afetada pelas condições de trabalho adversas. O estresse constante, a desmotivação e os casos de burnout tornam-se recorrentes, aumentando a rotatividade e prejudicando a continuidade pedagógica e a construção de vínculos significativos entre professores e estudantes (Evangelista, 2021). Essa instabilidade no corpo docente interfere na coesão das comunidades escolares, comprometendo o engajamento dos alunos e a manutenção de uma aprendizagem consistente. O ambiente escolar, portanto, torna-se um espaço de pressão e insegurança, dificultando o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes e de relações educacionais saudáveis.

A mercantilização da educação emerge como fator que agrava os problemas enfrentados pelos docentes. Ao transformar o ensino em um produto voltado para resultados mensuráveis, rankings e indicadores de desempenho, a lógica mercadológica desloca o foco da educação de seu caráter social e formativo para uma perspectiva utilitarista centrada na eficiência e na competitividade (Azevedo, 2019). Essa abordagem prioriza resultados imediatos e quantificáveis, desconsiderando a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e relegando à segunda ordem o desenvolvimento crítico, ético e cidadã dos estudantes. O professor, nesse contexto, é frequentemente pressionado a atender a metas externas e

indicadores de performance, muitas vezes incompatíveis com as demandas pedagógicas reais.

As políticas de privatização e as parcerias público-privadas assumem um papel central na consolidação da mercantilização da educação, ao reorganizar o acesso, a equidade e o currículo. Ao privilegiar a lógica do mercado, essas iniciativas criam diferenças significativas entre instituições privadas e públicas, uma vez que as primeiras, contando com maior capacidade financeira e melhores condições estruturais, conseguem oferecer vantagens competitivas que a rede pública, frequentemente limitada por restrições orçamentárias e escassez de recursos, não consegue alcançar (Robertson, 2012).

Essa configuração reforça a percepção da educação como um serviço sujeito às regras do mercado, em que o acesso a oportunidades de qualidade passa a depender diretamente do poder econômico individual. Como consequência, surgem desigualdades profundas, tanto na distribuição de recursos quanto na oferta de ensino, dificultando a democratização da educação e tornando a experiência escolar altamente diferenciada de acordo com a classe social e a capacidade de investimento das famílias (Balieiro, 2022).

Esse cenário evidencia como a lógica neoliberal, ao pautar as políticas educacionais, desloca o caráter público e social da educação, subordinando-a a critérios de mercado e eficiência administrativa. Ao tratar o ensino como mercadoria, essas políticas não apenas ampliam a segregação educacional, mas também limitam a função emancipatória da escola, transformando-a em um espaço em que a qualidade e os resultados estão cada vez mais vinculados a recursos financeiros privados, em detrimento da equidade e do direito coletivo à educação (Balieiro; Ferreira; Azevedo, 2023).

O currículo escolar também sofre impactos significativos desse contexto, sendo cada vez mais moldado por demandas econômicas e do mercado de trabalho, em detrimento da formação integral do cidadão (Bourdieu, 1998; Harvey, 2011). Essa adaptação utilitarista reduz a ênfase

em pensamento crítico, reflexão ética, cidadania e engajamento social, deslocando a função da escola de um espaço de emancipação e desenvolvimento humano para um instrumento voltado exclusivamente para a produção de capital humano. Essa orientação curricular limita a autonomia pedagógica do professor e restringe a capacidade de criar experiências de aprendizagem contextualizadas e significativas.

As políticas de avaliação e accountability, em sintonia com a lógica mercadológica, exercem pressão adicional sobre professores e gestores. Provas padronizadas, rankings de escolas e metas de desempenho criam um ambiente de constante cobrança, desconsiderando condições de trabalho e especificidades de cada turma (Peroni; Caetano, 2017). Como resultado, o ensino tende a se tornar mecanizado, com foco em resultados quantificáveis, prejudicando a aprendizagem crítica e reflexiva e restringindo o desenvolvimento integral dos estudantes. O professor, nesse cenário, é compelido a priorizar a pontuação e os índices institucionais, muitas vezes em detrimento da educação de qualidade.

O financiamento público insuficiente e mal distribuído contribui para aprofundar a crise docente e a mercantilização educacional. Cortes orçamentários, políticas de incentivo à educação privada e restrições de investimento nas escolas públicas comprometem infraestrutura, recursos pedagógicos e condições de trabalho, reforçando desigualdades educacionais e limitando a capacidade do Estado de garantir educação de qualidade a todos (Brasil, 1995; Bresser-Pereira, 1991). Essa realidade evidencia que a escassez de recursos financeiros não afeta apenas a manutenção das escolas, mas também a formação e motivação dos professores, criando um ciclo de precarização estrutural (Balieiro; Ferreira; Azevedo, 2023).

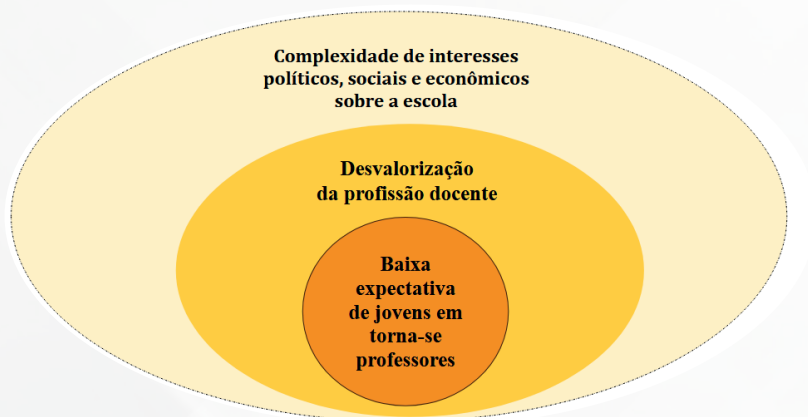
A mercantilização da educação tende a aprofundar desigualdades, afetando principalmente as populações mais vulneráveis. Estudantes de escolas públicas com menos recursos enfrentam barreiras de acesso e aprendizagem, enquanto alunos de instituições privadas desfrutam de vantagens estruturais e pedagógicas (Azevedo, 2019; Santos, 2017).

Essa situação compromete a justiça social e o princípio constitucional da igualdade de oportunidades, evidenciando que a educação, quando subordinada à lógica do mercado, deixa de cumprir seu papel de direito universal.

A relação entre crise docente e mercantilização revela um ciclo problemático: a pressão por resultados, a lógica de mercado e a eficiência administrativa intensificam as condições precárias de trabalho dos professores, enquanto a sobrecarga e a desvalorização docente reduzem a capacidade das escolas de atender às exigências externas (Balieiro, Ferreira; Azevedo, 2023). Essa dinâmica compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir de forma consciente na sociedade.

Nesse contexto, torna-se possível compreender que a desvalorização docente não ocorre de forma isolada, mas está inserida em um conjunto mais amplo de fatores estruturais e sistêmicos. A figura 01 abaixo apresenta a relação entre diferentes níveis de influência que contribuem para o quadro de desvalorização da docência, evidenciando como interesses políticos, sociais e econômicos sobre a escola afetam a valorização da profissão e, conseqüentemente, desestimulam os jovens a ingressarem na carreira docente.

Figura 01: A Interferência Política e Econômica para o quadro de desvalorização da docência



Fonte: Matos et al., (2023)

Esses interesses, ao se articularem com políticas educacionais orientadas pela lógica neoliberal, aprofundam o processo de desvalorização da docência, pois tais políticas frequentemente desconsideram a centralidade do trabalho docente e priorizam medidas de eficiência, produtividade e padronização. Ao subordinar a educação a critérios mercadológicos, contribuem para fragilizar a educação pública, limitar a autonomia pedagógica e reproduzir desigualdades, dificultando a inclusão social e a promoção de oportunidades equitativas para todos os alunos (Balieiro; Ferreira; Azevedo, 2023).

Diante desse cenário, a valorização do professor emerge como elemento essencial para a superação da crise docente e para a reversão dos impactos da mercantilização sobre a educação. Reconhecer o papel central do professor implica repensar as políticas educacionais de modo a garantir condições dignas e adequadas para o exercício da profissão, promovendo um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes e a qualidade do ensino.

Investimentos em salários compatíveis, melhoria das condições de trabalho e oferta de formação inicial e continuada, aliados a políticas de reconhecimento social e profissional, são fundamentais para assegurar a motivação, a permanência e o engajamento dos docentes na carreira (Fávaro, 2014). Somente por meio dessa valorização é possível reduzir a precarização do trabalho docente, enfrentar a mercantilização da educação e fortalecer o caráter público e social da escola, garantindo que ela cumpra seu papel de formação integral e emancipadora (Evangelista, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstra que a racionalidade neoliberal exerce forte influência sobre os processos educacionais, promovendo a mercantilização da educação e redefinindo o papel das instituições de ensino. A pesquisa permitiu identificar como valores como eficiência, produti-

vidade e retorno econômico passam a orientar práticas pedagógicas e políticas públicas, deslocando o foco da formação integral do sujeito para a preparação voltada ao mercado de trabalho. Dessa forma, conclui-se que o objetivo geral do estudo, de investigar a relação entre racionalidade neoliberal e mercantilização da educação, foi plenamente alcançado.

O exame das políticas públicas e práticas institucionais revelou mecanismos concretos de mercantilização, como rankings escolares, metas de desempenho e avaliações padronizadas, que pressionam tanto professores quanto alunos a internalizarem critérios de competitividade. Esses elementos confirmam que os objetivos específicos do estudo também foram atingidos, ao permitir a compreensão dos fundamentos teóricos da racionalidade neoliberal aplicada à educação, a identificação dos mecanismos de mercantilização e a análise de seus impactos sobre o ensino e a aprendizagem.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a mercantilização compromete a dimensão social e emancipatória da educação, limitando o desenvolvimento de habilidades reflexivas, criativas e colaborativas. Ao priorizar resultados imediatos e quantificáveis, a lógica de mercado fragiliza a construção de valores éticos e sociais, reforça desigualdades de acesso e oportunidades e reduz a educação à função de capital humano. Esses achados destacam a necessidade de refletir criticamente sobre o papel da escola na formação integral do indivíduo e na promoção da justiça social.

A investigação também aponta para lacunas e possibilidades de futuras pesquisas. Estudos posteriores poderiam explorar a mercantilização em diferentes níveis de ensino, comparando redes públicas e privadas, ou analisar o impacto da lógica neoliberal em contextos regionais distintos. Outra linha de pesquisa relevante seria identificar estratégias pedagógicas e políticas que possibilitem a resistência à mercantilização, fortalecendo a educação como direito social e ampliando as oportunidades de formação integral e cidadã.

Em suma, este estudo reforça a importância de políticas educacionais e práticas pedagógicas que valorizem o caráter social e público da educação. Embora a racionalidade neoliberal esteja profundamente enraizada nas instituições de ensino, a reflexão crítica e a pesquisa acadêmica podem servir como instrumentos para propor alternativas, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa, inclusiva e comprometida com a formação plena do indivíduo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre “público” nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 873-902, set./dez. 2019.

BALIEIRO, Luan Tarlau. **Educação e capitalismo de plataforma**: digitalização e conectividade rizomática no ensino – a virtualidade em tela. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BALIEIRO, Luan Tarlau; FERREIRA, Fernando Nabão Lopes; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação? **Revista Cocar**, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-21, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: o Estado em um mundo em transformação. Washington, DC: Banco Mundial, 1997.

BARROSO, João. A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. **Educação: Temas e Problemas**, v. 12, n. 13, p. 13-25, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodireto r.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodireto%20r.pdf). Acesso em: 11 set 2025

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 1991.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Política e Gestão da Educação: explorando o significado dos termos. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 21, n. 41, p. 77-96, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Democratização e privatização**: uma relação possível na gestão da educação básica pública? Prefácio de Valdemar Sguissardi. Maringá: Eduem, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVANGELISTA, Olinda. **De protagonistas a obstáculos**: Aparelhos Privados de Hegemonia e conformação docente no Brasil. Florianópolis: UFSC, 2021. Mimeografado.

FÁVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O projeto político-estratégico da pedagogia histórico- crítica**: uma análise das origens, do desenvolvimento, dos dilemas e da relação entre a escola pública e a luta socialista. 2014. 622 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, L; et al. **(Des)valorização da docência: usos midiáticos e a construção negativa da profissão**. VI Congresso Nacional de Educação, 2023

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Campinas: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula Valim de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, 2017

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 283-302, maio/ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2017